

TRATADOS E CONSTRUÇÃO DO SABER MÉDICO: ALGUNS ASPECTOS DOS PARATEXTOS NOS IMPRESSOS DE MEDICINA LUSO- BRASILEIROS - SÉCULO XVIII

TREATIES AND CONSTRUCTION OF MEDICAL KNOWLEDGE:
SOME ASPECTS OF PARATEXTS IN PRINTED MEDICAL LUSO-
BRAZILIAN IN THE EIGHTEENTH CENTURY

Jean Luiz Neves Abreu

Universidade Federal de Uberlândia

Correspondência:

Instituto de História

Campus Santa Mônica – Bloco H – Sala 1H49 - Uberlândia – MG / CEP: 38400-902

Email: jluiz@inhis.ufu.br

Resumo

Um dos elementos dos livros de medicina publicados até fins do século XVIII são os paratextos, que revelam aspectos importantes da obra e estão relacionados com a legitimação do saber médico. O presente artigo propõe uma leitura de alguns desses paratextos – prefácios e preâmbulos – presentes nas obras publicadas no contexto luso-brasileiro do século XVIII, com o objetivo de identificar os princípios e finalidades que a medicina assumia nesse contexto.

Palavras-chave: Paratextos; medicina; século XVIII.

Abstract

One of the elements of the medical books published until the late eighteenth century are the paratexts, which unveil important aspects of the work and which are related to the legitimation of medical knowledge. This paper aims a reading of some of these paratexts – prefaces and preambles – in the works published in the Luso-Brazilian context of the eighteenth century, with the goal of identifying the principles and objectives that medicine took over in this context.

Keywords: Paratexts; medicine; eighteenth century.

O livro médico tem se tornado cada vez mais em fonte de significativa relevância para a história da saúde e da medicina. De forma geral, os estudos se debruçam sobre os conteúdos dos textos para compreender aspectos do saber médico em determinado contexto, privilegiando as concepções de medicina e as práticas de cura. Outra perspectiva que têm se aberto ao estudo do livro médico diz respeito às formas de apresentação dos paratextos que acompanham o texto principal.

O discurso prefacial se constituiu como importante elemento na Renascença. A tradução de obras do latim para as línguas vernáculas transformam os prefácios em “lugar” propício para a construção de uma determinada representação do médico e sua autoridade. Para tanto, os médicos lançam mão de vários recursos literários e retóricos, referências culturais partilhadas por leitores de um determinado contexto, a exemplo das citações, provérbios, sentenças.¹

Até fins do século XVIII, os paratextos (dedicatórias, poemas laudatórios, intenções do autor e advertências) “constituem uma zona de transição fundamental para o estabelecimento da legitimidade e autoridade da obra e proporcionam indicações fundamentais para a sua interpretação e para análise de seu impacto”.² Esses componentes visavam igualmente “preparar e dirigir a leitura e codificá-la segundo os pressupostos culturais e ideológicos de uma época”. Nesse sentido, cabia não só afirmar a autoridade do autor, como também resguardar a obra contra possíveis má interpretações por parte de seus leitores e ainda buscar a “benevolência de um protetor”.³

Partindo desses pressupostos, o presente artigo procura abordar alguns aspectos dos paratextos presentes nas obras de medicina publicadas no contexto luso-brasileiro do século XVIII. Elegemos alguns elementos recorrentes nos impressos para a compreensão dos princípios e finalidades que o conhecimento médico – fosse aquele do cirurgião ou do físico – assumia nesse contexto.

Proêmios, prefácios e a construção da autoridade médica

As obras sobre medicina publicadas em Portugal no decorrer do século XVIII apresentam-se sob várias formas: tratados de anatomia, tratados de matéria médica, manuais de medicina doméstica, memórias, ensaios, dentre outros gêneros frequentados pelos médicos e cirurgiões. Esse contexto foi propício à publicação de obras que traziam observações médicas obtidas a partir da experiência colonial, mesclando co-

¹ KOZLUK, M. “Sedulus, fidus, dignus honore, vigil”: le jeu de la *varietas* dans la construction de la figure du médecin dans la préface médicale de la Renaissance. *Rhetorica. A Journal of the History of Rhetoric*, vol. 28.1, p. 52-66, 2010.

² COSTA, P. F. da. Os livros e a ordem do saber médico: perspectiva historiográfica In: COSTA, P.F. da; CARDOSO, A. (Org.). *Percursos na história do livro médico (1450-1800)*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p.19-21.

³ MUZZI, E. S. Ouro, poesia e medicina: os poemas introdutórios ao erário mineral In: FERREIRA, L. G. *Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado), 2 Volumes, v.1, p.37.

nhcimentos eruditos e empíricos sobre as doenças e as práticas de cura. O “Erário mineral” (1735), de Luís Gomes Ferreira, e “Governo dos mineiros” (1770), de José António Mendes, são exemplos de tratados escritos por cirurgiões, que se destinam a noticiar sobre as doenças e prescrever formas de cura para os habitantes que viviam na Capitania das Minas, naquele período.⁴

No “Erário mineral” (1735) estão presentes paratextos mobilizados para justificar a natureza da obra e sua finalidade. Eliane Muzzi observa que no Erário esses elementos constituem uma estratégia importante de promoção do valor do livro e de seu autor.⁵ Gomes Ferreira tinha claro que os prólogos tinham sua função, sendo “um antecipado remédio aos achaques dos livros”. Justificando sua obra, o cirurgião informava ao leitor que o seu objetivo era servir à “república das Minas”, aonde não chegavam médicos e padeciam os povos de grandes necessidade, razão pela qual escrevia sobre medicina: “Se for censurado por escrever de medicina sendo professor de cirurgia, respondo que a cirurgia é parte inseparável da medicina; e demais, que, nas necessidades da saúde, os cirurgiões suprem a falta dos senhores médicos”.⁶

A posição de Gomes Ferreira pode ser vista como uma estratégia perante os médicos que poderiam vir a se opor à sua obra. Afinal, o Erário foi publicado em um período em que cirurgia e medicina em Portugal eram concebidas como duas atividades distintas.⁷ Exemplo disso é a atitude do médico português Brás Luís de Abreu. No seu “Portugal médico” (1726), ele considerava a cirurgia como um ramo das artes mecânicas. Colocando a medicina em um pedestal, Abreu diferenciava a medicina dogmática e racional, “ciência que nobilita e faz ilustres seus professores”, das artes mecânicas. Estas não eram “artes, que pela sua praxe possam dar honra, antes pelo seu exercício comunicam vileza”.⁸ Apesar das distinções que recaíam sobre esses ofícios

⁴ Sobre os tratados médicos e trajetórias dos cirurgiões no Brasil colonial ver: FURTADO, J. F. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. XLI, p. 88-105, 2005; WISSENBACH, M. C. C. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos luso-afro-brasileiros. In: ALGRANTI, L. M.; MEGIANI, A. P. T. (Org.). *O Império por escrito*. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII). 1ed. São Paulo: Editora Alameda, 2009, v. 1, p. 389-406; WISSENBACH, M. C. C. Gomes Ferreira e os simplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colonial. In: JÚNIA FURTADO, J. F. (Org.). *Erário mineral. Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002, v. 1, p. 107-149; RIBEIRO, M. M. Nem nobre, nem mecânico. A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. *Almanack Braziliense*, v. 2, p. 64-75, 2005.

⁵ MUZZI, E. S. Op. cit., p.35.

⁶ FERREIRA, L. G. *Erário mineral*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002, v. 1 p.183-184.

⁷ Sobre a distinção entre medicina e cirurgia ver: FIGUEIREDO, B. G. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 70-71; ABREU, J. L. N. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 5, p. 149-158, 2007.

⁸ ABREU, B. L. de. *Portugal médico ou monarchia médico-lusitana histórica practica symbolica, ethica e política*. Coimbra: Oficina de Joam Antunes, 1726, p. 257.

de curar, a América Portuguesa ofereceu a indivíduos que tinham a formação de cirurgião a possibilidade de atuarem como médicos.⁹

Outro recurso mobilizado pelo cirurgião era a afirmação de que o seu conhecimento era fruto da experiência: “como sempre me apareceu justo obedecer a razão, me pareceu sempre temerário contradizer a experiência, pois razão e experiência são as duas colunas em que se sustenta a medicina e a cirurgia”. Enfatizava ainda que pelas maravilhosas obras que “a natureza faz por caminhos ocultos, sem que a razão, nem o entendimento as alcance, daqui procede que a maior fé se deve dar à experiência que à razão”.¹⁰

A experiência reiterada nos tratados se atrelava ao tipo de conhecimento obtido a partir das observações empíricas. No caso de cirurgiões e médicos que vieram para a América Portuguesa ou foram para outras regiões do Império Português, o contato com enfermidades até então desconhecidas foi o ponto de partida para a elaboração de um saber específico e flexibilização dos cânones da medicina.¹¹ O médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo, em “Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola” (1799), após estudar medicina em Leiden e Edimburgo, afirmava no Prefácio de sua obra que, após ter “aprendido nas universidades as regras gerais da medicina e todas as suas teorias”, escutou a voz da “natureza e da observação” para curar as febres, as disenterias e tétanos que acometiam os habitantes de Angola. Seu trabalho não era “fruto da imaginação, mas sim resultado de experiências”.¹²

O mesmo argumento se faz presente em obras distintas no tempo e no espaço e que se inscrevem em tradições diferentes do saber médico. O “Erário mineral” foi escrito em um período em que os preceitos hipocráticos e galênicos constituíam a base para o conhecimento médico. No caso dos Ensaio, não obstante a referência a Hipócrates esteja presente, as referências principais são as teorias de Cullen, Boerhaave, dentre outros, em acordo com as teorias médicas de fins do Setecentos.¹³

⁹ RIBEIRO, M. M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34-35.

¹⁰ FERREIRA, L. G. *Op. cit.*, p. 225-226.

¹¹ Sobre esse aspecto ver, dentre outros: WALKER, T. Acquisition and circulation of medical knowledge within the early modern portuguese colonial empire. In: SHEEHAN, Kevin *et al.* *Science in the Spanish and Portuguese empires 1500-1800*. Stanford, California: Stanford University Press, 2009, p. 247-270; WISSENBACH, M. C.. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos luso-afro-americano. In: MEGIANI, A. P.; ALGRANTI, L. M. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 375-393; FURTADO, J. F. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLI, p. 88-105, 2005.

¹² AZEREDO, J. P. AZEREDO, José Pinto de. *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola dedicados ao Serenissimo Senhor D. João Príncipe do Brazil*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1799, p.10.

¹³ Não é o propósito desse artigo tratar dessas teorias. Para as diferentes perspectivas do saber médico no século XVIII, ver: MAZZOLINI, R. G. Les lumières de la raison: des systèmes médicaux à l'organologie naturaliste In: GRMEK, M. D. (Dir). *Historie de la pensée médicale en Occident 2. De la Renaissance aux Lumières*. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 93-115; GRMEK, M. D. Le concept de maladie In: GRMEK, M. D. (Dir). *Op. cit.*, 1997, p.157-176. Para essas questões no contexto luso-brasileiro ver: ABREU, J. L. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

Apesar de tais distinções, o traço comum entre essas obras residia na afirmação da experiência como fundamento do saber médico. Se por um lado, essa contribuía para a constituição de uma medicina específica aos trópicos, por outro lado, sua valorização deve ser entendida também enquanto reafirmação de um dos princípios éticos da medicina.

Nesse sentido, cabe o retorno a um texto publicado no século XVII, de Rodrigo de Castro: o “Médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos” (1614), obra destinada a definir os princípios da ética médica, onde a medicina era definida como “arte de promover e conservar a saúde com a razão e a experiência”.¹⁴ Ao lado do cultivo da verdade e do estudo contínuo, tais princípios faziam parte do *ethos* médico e da construção do perfil do médico perfeito.¹⁵

A experiência consistia no argumento que possibilitava igualmente reiterar a legitimidade e autoridade da obra. A autoridade médica era constituída não só pela compilação e apropriação de autores que constituíam os cânones da medicina, como Hipócrates e Avicena¹⁶, mas da mesma forma pela reafirmação de que as observações acerca das enfermidades e os remédios elaborados eram frutos da experiência daquele que escrevia, comprovação da singularidade da obra. Dessa maneira, o cirurgião José António Mendes, em seu “Governo dos mineiros” (1770), aproximava-se de Gomes Ferreira e José Pinto de Azeredo ao apontar os remédios que a sua “experiência e diligência” mostrava efeitos singulares no clima da América.¹⁷ Desse ponto de vista, esses textos se apropriavam de diferentes modos da experiência, com a finalidade de realçar a singularidade do conhecimento obtido mediante a observação e também era uma estratégia retórica para valorização do autor e da sua obra.

Mecenato régio e utilitarismo da medicina

Outra peça presente nos paratextos são as dedicatórias aos patronos e mecenas. No caso dos textos luso-brasileiros do século XVIII, sua produção pode ser vinculada ao sistema de patronagem régia, pois grande parte deles prestava homenagens aos monarcas. Conforme chama atenção Raminelli, o conhecimento no Império luso nesse contexto dependia em grande parte do Estado, que investia na formação dos quadros profissionais e depois os inseria no âmbito da administração colonial e metropoli-

¹⁴ CASTRO, R. de. *Médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos*. Lisboa: Colibri, 2011, p. 31.

¹⁵ CARDOSO, A. A biblioteca proposta por Rodrigo de Castro em “O médico político. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n.1 2012, p. 159-167, 2012.

¹⁶ KOZLUK, M. Op. cit., p. 57-59.

¹⁷ MENDES, J. A. *Governo dos mineiros, mui necessários aos que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1770, p. XVI.

tana. Atuando a serviço do Estado, os homens de letras buscavam, como contrapartida, mercês e reconhecimento.¹⁸

O caso dos cirurgiões e médicos não era distinto. Em estudo sobre a regulamentação dos ofícios de saúde em Portugal, Laurinda Abreu demonstra como o campo de assistência em saúde foi arbitrado pela Corte. Fenômeno comum na Europa da época moderna, a ascensão de cirurgiões e médicos também esteve atrelada ao poder régio. Em território lusitano foram vários os físicos e cirurgiões ligados à Casa Real que acumularam ofícios e ascenderam ao título de nobre, dentre outros benefícios obtidos pela proximidade com a Coroa. O cargo do Físico-mor é exemplar a respeito, pois esse era freqüentemente nomeado entre os médicos régios, e a proximidade com o rei foi um fator importante para figurarem entre os médicos mais importantes.¹⁹

O beneplácito régio é um elemento a se considerar nas condições propiciadas para a divulgação, em Portugal, de obras de médicos que viviam no estrangeiro e se propunham a renovar o saber médico luso.²⁰ O apoio do monarca foi, em alguns casos, imprescindível para a publicação de obras de médicos estrangeirados. É o caso de Jacob de Castro Sarmiento e Antônio Ribeiro Sanches, cujas obras foram publicadas no reinado de D. João V, apesar da censura inquisitorial. Conforme aponta Hélio Pinto, o livro de Castro Sarmiento, “Matéria médica” (1758), não teria passado pela censura literária em Portugal da Inquisição, do Ordinário e Desembargo do Paço, sendo nomeado, pelo próprio rei, como censor um membro da Academia Real de História. Além disso, foi concedida a Sarmiento a obtenção do privilégio real de que nenhuma outra pessoa pudesse vir a imprimir o livro, evitando assim edições clandestinas.²¹

José Pinto de Azeredo é exemplo de médico que logrou êxito com os serviços prestados à Coroa como Físico-mor de Angola. A obra “Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola” era dedicada a D. João, “Príncipe do Brasil”, ao qual Azeredo rendia sua homenagem: “Só um tão grande mecenas como um Príncipe que sempre respira no seu peito o amor e o desejo de felicitar os seus povos me animaria, Senhor, a ser uma vez autor e a sujeitar-me à mordacidade”. Azeredo se colocava, assim, como um “médico agradecido” e sua obra era um tributo.²² O médico recorreria ao mecenato régio outras vezes. Assim, solicitava recursos para a impressão do manuscrito “Coleção de observações clínicas”:

¹⁸ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governos a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p.137.

¹⁹ ABREU, L. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: CARDOSO, A.; OLIVEIRA, A. B.; MARQUES, M. M. (Coord.) *Arte médica e imagem do corpo de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 97-122.

²⁰ A renovação do saber médico em Portugal esteve relacionada, em parte, à atuação dos “estrangeirados”. Para uma perspectiva mais recente da discussão ver: CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana. DIOGO; Maria Paula, Enlightenment Science in Portugal: The estrangeirados and their communication networks. *Social Studies of Science*, 30, 4, p. 591-619, 2000.

²¹ PINTO, H. A Matéria médica de Castro Sarmiento In: COSTA, P.F. da; CARDOSO, A. (Org.). *Percurso na história do livro médico (1450-1800)*. Op. cit., p.168-169.

²² AZEREDO, J. P. Op. cit., s. p.

pelo alto patrocínio que mereceram de Vossa Alteza Real os meus Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola, me animo a procurar segunda vez a Vossa Alteza Real para proteger a estes meus Escritos. Eles não serão menos felizes do que foram os primeiros se tiverem a fortuna de alcançar um igual acolhimento.²³

Embora não tenha obtido êxito com a impressão da obra, José Pinto de Azeredo foi agraciado com a mercê real. Por ter servido à rainha D. Maria I por mais de seis anos em Angola, “houve por bem em remuneração de seu bom serviço fazer-lhe mercê de o condecorar com o Hábito da Ordem de Cristo”.²⁴

Na virada para o século XIX, o Cirurgião-mor do Regimento da Cavalaria da Capitania de Minas Gerais oferecia como préstimo de seus serviços à Coroa a tradução da obra de Jean-Barthélemy Dazille, sob o título “Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir”. No caso específico, a justificativa para a tradução da obra visava diminuir a mortalidade dos escravos e o impacto negativo sobre a economia. As enfermidades dos escravos levavam à sepultura o “melhor dos cabedais daquela e de outras colônias da América; enterrando com eles o mesmo ouro, que os seus braços haviam desenterrado, e secando assim na sua origem um dos primeiros mananciais das riquezas da Coroa e do Estado”. Ao traduzir o tratado francês, Vieira de Carvalho se colocava como vassalo fiel com o propósito de que sua obra fosse útil a “mais desvalida população do senhorio da América”.²⁵

A atitude do cirurgião expressava o esforço de vários letrados em se apropriar de textos e ideias produzidos no âmbito das Luzes. A publicação do livro pela Tipografia do Arco do Cego, fundada em 1799, era uma demonstração disso. Sob direção de Frei Veloso e apoiada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, a Tipografia possibilitou a edição e tradução de obras de natureza diversa, com o intuito de difundir textos científicos úteis em Portugal e no ultramar, viabilizando a constituição de um *ethos* do trabalho e do experimentalismo.²⁶

A tradução de textos estrangeiros, em particular os franceses e ingleses, revela o esforço de apropriação dos letrados luso-brasileiros no movimento de renovação do conhecimento científico alicerçada pelas Luzes. Traduzir esses textos era uma forma dos letrados luso-brasileiros se colocarem em diálogo com a literatura internacional.

²³ AZEREDO, J. P. de. *Collecção de observaçoens clinicas* [Manuscrito], depois de 1803, Biblioteca Nacional de Lisboa, fl.01.

²⁴ Mercê de condecoração de José Pinto de Azeredo com o Hábito de Cristo. Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv.30, f. 203v. In: AZEREDO, J. P. de. *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola*. OLIVEIRA, A. B.; MARQUES, M. S. (Edição). Lisboa: Edições Colibri, 2013, p.186.

²⁵ DAZILLE, J.-B. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Tradução de CARVALHO, Antonio José Vieira. Lisboa: Na Typografia chalcografica, typoplastica, e literária do Arco do Cego, 1801.

²⁶ WEGNER, R.. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 11, n. Supl. 1, p. 131-140, 2004.

Não se tratava somente de uma apropriação passiva dos textos, na medida em que esses homens de ciência buscavam adaptar os conhecimentos às condições locais do mundo colonial.²⁷

Ademais, a produção desses textos deve ser entendida no âmbito do Reformismo Ilustrado e dos seus desdobramentos, como a reforma da Universidade de Coimbra (1772), a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa e a constituição do *Jornal Enciclopédico* (1788-1793, 1806), este um importante veículo de divulgação científica em Portugal.²⁸ Ainda nesse contexto, destaca-se a fundação, sob o patrocínio do marquês do Lavradio, da Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro (1772 -1779). Dela partiam duras críticas ao desenvolvimento da história natural no Reino e a ênfase na necessidade e incrementar os estudos botânicos e, por meio deles, a medicina e a farmácia.²⁹

Pela Tipografia do Arco do Cego também foi impressa a “Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres dos templos e methodo de os prevenir” (1800), de autoria do médico Vicente de Seabra Silva Teles. Escrita com a finalidade de alertar sobre os perigos dos sepultamentos nas igrejas, na abertura da obra, o médico fazia exortações a D. João VI: “Promover a agricultura, favorecer o comércio, e as artes, morigerar a nação e providenciar a saúde pública são qualidades sublimes, e próprias somente dos verdadeiros soberanos”.³⁰

Se por um lado, a publicação desses textos possuía uma dimensão científica, promovendo o intercâmbio das ideias em Portugal e no Brasil; por outro lado, os textos se articulavam às necessidades do Estado. Ao enaltecer o monarca como protetor das artes e das ciências, os médicos se colocavam a serviço da Coroa e revestiam suas obras de utilidade pública. É com esse mesmo sentido que Hipólito José da Costa ofereceu a D. João VI a tradução da “Memória sobre bronchoncele ou papo da América Septentrional”, de autoria de Benjamin Barton.³¹

As relações entre os médicos e a Coroa portuguesa ainda está por merecer um estudo mais detido. Não obstante, os aspectos apontados contribuem para o entendimento dos princípios e finalidades que o saber médico assumia naquele contexto. Conforme indicam obras como a de José Pinto de Azeredo e Antônio Vieira de Carva-

²⁷ KURY, L. B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 109-129, 2004.

²⁸ Sobre esses aspectos ver: MUNTEAL FILHO, O. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, J. F. (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 483-518; REIS, F. Egídio. E. Conhecimento para um público diversificado. In: *Felicidade, utilidade e instrução: A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto: Porto Editora, 2005, p.1-38.

²⁹ MARQUES, V. R. B. Escola de homens de ciências: A Academia Científica do Rio de Janeiro. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

³⁰ TELLES, V. C. de S. *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres dos templos e methodo de os prevenir*. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

³¹ COSTA, H. J. da. *Memória sobre bronchoncele ou papo da América Septentrional*. Lisboa: Na Typografia chalcografica, typoplastica, e literária do Arco do Cego, 1801.

lho, algumas dessas obras de medicina almejavam a constituição de um conhecimento útil ao Estado e que, ao mesmo tempo, traduzisse a renovação do saber.

Conservação da saúde dos povos, higiene e ampliação da audiência

A conservação da saúde e divulgação do saber são outros elementos relevantes das obras publicadas ao longo do século XVIII. As preocupações com a mortalidade e o combate às enfermidades são acompanhadas no campo da literatura médica de uma preocupação cada vez maior com a prevenção das enfermidades e constituição de um “regime de viver”. Este regime dizia respeito “conservação da saúde consiste na reta observância das seis coisas não naturais, que são: o ar ambiente, o comer e o beber, o sono e a vigília, o movimento e o descanso, os excretos e os retentos, e as paixões da alma”.³² O regime se relacionava com uma série de cuidados que o indivíduo deveria ter com o seu corpo para preservar a saúde. A medicina propunha, nesse aspecto, uma estrutura de conduta visando assegurar ao homem uma autonomia, na medida em que o próprio sujeito deveria se munir de um saber médico do qual poderia se utilizar frequentemente.³³

A importância cada vez maior atribuída ao regime pode ser percebida na publicação dos tratados de “medicina doméstica”, que conheceram uma ampla circulação no decorrer dos séculos XVII e XVIII, no mundo europeu e ibérico.³⁴ Tais textos são reveladores da tendência à “compartimentalização dos conhecimentos com a definição da prática médica de base científica, e gera numerosos tratados de médicos para médicos e, paralelamente, de médicos para leigos”.³⁵

Nesse contexto, dois médicos tornaram-se célebres como promotores desse gênero: Samuel André Tissot, autor de “Aviso ao povo sobre sua saúde” (1761), publicado em francês e traduzido em inúmeras outras línguas; e Guilherme Buchan, cuja obra “Medicina doméstica” (1769) reconhece igualmente significativa repercussão. Tais livros, fundados no racionalismo e no empirismo, visavam transmitir noções de medicina e de higiene à população a partir de procedimentos fundados na auto-aplicação de medidas preventivas e terapêuticas, de modo a difundir conselhos para a conservação da saúde.³⁶

³² HENRIQUES, F. da F. *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 31.

³³ PORTER, R. (1997), Les stratégies thérapeutiques. In: GRMEK, M. D. 1997. Op. Cit., p. 206-207.

³⁴ Sobre a publicação e divulgação dessas obras ver: PORTER, R (Ed.). *The popularization of medicine, 1650-1850*. London: Routledge, 1992; GIL, E. P. Popularizando la ciência. El caso de La medicina doméstica em la España de la Ilustración”. En *La Ilustración y las ciencias, para una historia de la objetividad*. Valencia: Universitat de Valencia, 2003.

³⁵ CARVALHO, D. M. O regimento contra a pestilência e a receita do bálsamo - alguns comentários à luz da 'medicina científica'. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n.3, p. 853-867, 2005, p. 856.

³⁶ RAMSEY, M. The popularization of medicine in France, 1650-1900. In: PORTER, R (Ed.). Op. cit., 1992, p. 97-133.

Em Portugal, a higiene é tema recorrente nos livros de medicina desde o século XVII. Entretanto, a maioria das publicações do período eram em latim, a exemplo dos tratados de Fernando Rodrigues Cardoso, *Tractatus de sex rebus non naturalis* (1602), e o *Fasciculus medicus practicus* (1700), de António Soares de Faria, e outros textos mais circunscritas às elites.³⁷

Os livros em língua vernácula destinados a uma audiência mais ampla sobre higiene só passam a ter uma maior circulação no decorrer do Setecentos. “Âncora medicinal para conservar a vida com saúde” (1721), de Francisco Fonseca Henriques pode ser vista como precursora das preocupações higienistas nesse período. Na apresentação ao leitor, Fonseca Henriques afirmava que a obra em questão era diferente das anteriores: “Aqueles foram para curar achaques e enfermidades, esta é para não achacar nem adoecer”.³⁸

Entretanto, no âmbito das questões ligadas à higiene a obra de referência em Portugal é o “Tratado de conservação da saúde dos povos” (1757), de Antônio Ribeiro Sanches. Ao longo da obra, o médico propunha a articulação entre a medicina e o Estado, procurando fornecer condições objetivas para a manutenção da saúde, como a criação e divulgação das pedagogias da saúde e o controle dos elementos na prevenção das enfermidades.³⁹ O tratado antecede, em grande medida, as questões presentes nos manuais de fins do século XVIII, pelo conteúdo e pelos seus objetivos de tornar o conhecimento sobre as causas das enfermidades e as formas de prevenção mais acessíveis.

No Prólogo ao leitor, Ribeiro Sanches afirmava ser o objetivo de sua obra “mostrar a necessidade que tem cada Estado de leis, e de regramentos para preservar-se de muitas doenças, e conservar a saúde dos súditos”. Almejava alcançar por meio da impressão da obra o maior número de pessoas, prelados dos conventos, abadessas, inspetores dos hospitais e a cada pai de família. Para tanto, escrevia em “estilo tão claro que todos o pudessem entender”.⁴⁰

A atitude de Ribeiro Sanches em pretender que o conhecimento médico atingisse um maior número de pessoas se coloca em sintonia com outros textos anteriores. Fonseca Henriques em “Âncora medicinal” (1721) já expressava o interesse em ampliar os leitores, endereçando seu impresso aos que não fossem médicos ou doutos na arte de curar. Em razão disso, considerava como uma das formas de prescindir de médicos e evitar as doenças era por meio de uma alimentação adequada: “Inclui este li-

³⁷ COSTA, J. Arte médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP In: ANDRADE, A; TORRÃO, J; COSTA, J; COSTA, J (Org.). *Humanismo, diáspora e ciência* (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição. Porto: CMP-BPMP; UA-CLC, 2013, p. 255.

³⁸ HENRIQUES, F. da F. Op. cit. [1721]. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 25.

³⁹ PEREIRA, A. L., PITA, J. R. Liturgia higienista no século XIX, pistas para um estudo. *Revista de História das Idéias*, 15, p. 454-455, 1993.

⁴⁰ SANCHES, A. R. *Tratado da conservação da saúde dos povos: obra útil, e igualmente necessária aos magistrados, capitães generais, capitães-de-mar-e-guerra, prelados, abadessas, médicos e pais de família com um apêndice, considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis de que faz menção a história, e dos últimos que faz menção a história, e dos últimos que se sentiram na Europa desde I de Novembro de 1755*. Lisboa: Offici-na Joseph Filipe, 1757, Prólogo.

vro um tratado de alimentos, coisa muito necessária para os que não são médicos, porque é razoável que saiba cada qual que alimentos usa sem mendigar de notícias alheias”.⁴¹

A questão da leitura correta dos textos e de sua má interpretação, que poderia trazer males à saúde, coloca-se como uma das preocupações de cirurgiões e médicos no século XVIII. Tal questão se faz presente na obra de Gomes Ferreira, que, a exemplo de muitos cirurgiões, tinha de lidar com uma clientela composta em sua maior parte de homens e mulheres iletrados. Para evitar mal-entendidos acerca dos componentes presentes no seu receituário, o cirurgião tinha a preocupação de instruir bem seus clientes. Se o doente fosse “preto ou branco rude, a informação que se tomar se repetirá duas ou três vezes, porque, com é gente agreste e variável”.⁴² Neste aspecto, Gomes Ferreira compartilhava das idéias defendidas posteriormente por Tissot sobre a melhor forma de transmitir aos camponeses na França suas receitas: “Eu dei receitas mais simples dos remédios, e indiquei o modo de os preparar com bastante especificidade, para esperar que ninguém se embaraçará a este respeito”.⁴³

Acompanhando a tendência dos manuais de medicina de fins do Setecentos, a voga da divulgação da medicina se espalhou no contexto ibérico, onde os manuais de Tissot e Buchan conheceram grande notabilidade. No caso da Espanha e seus domínios, o livro de Tissot ofereceu argumentos para diversas reformas no campo da saúde, como é o caso do Vice-Reino de Nova Granada.⁴⁴ Em Portugal, o manual de Tissot teve, juntamente com outros tratados de arte médica, várias remessas enviadas para o Brasil.⁴⁵

A obra em questão foi traduzida para o português por Manuel Henriques de Paiva, acrescida de notas e um tratado de enfermidades mais frequentes em Portugal, das quais o “Aviso ao povo” não havia tratado. Henriques de Paiva abria o terceiro tomo do livro informando ao leitor que a obra de Tissot não satisfiz “inteiramente o plano que se propôs”. Por essa razão, ele descreveu “com toda clareza e brevidade as moléstias assim agudas como crônicas em Portugal”, servindo-se de suas observações e de outros médicos, como Buchan e Cullen.⁴⁶

O boticário e médico Manuel Henriques de Paiva foi um dos principais defensores da divulgação do conhecimento farmacêutico, químico e médico em Portugal e no Brasil. No campo da medicina, além de Tissot, Henriques de Paiva traduziu a “Medicina doméstica”, de Buchan; “Doutrina das enfermidades venéreas” (1786), de

⁴¹ HENRIQUES, F. da. Op. cit., p.25-26.

⁴² FERREIRA, Luís Gomes. Op. cit., v. 1, p. 247.

⁴³ TISSOT. *Aviso ao povo sobre a sua saúde*. Lisboa: Na Officina Patriarcal, 1773. Tomo I e II, p22.

⁴⁴ ECHEVERRI, A. M. A. Los manuales de salud em la Nueva Granada (1760-1810). El remedio al pie de la letra? *Fronteiras de la historia*, 10, p. 209-211, 2005, p. 223-226.

⁴⁵ MARQUES, V. R. B. Instruir para fazer a ciência chegar ao povo no Setecentos. *Varia história*, 32, p. 37-47, 2004.

⁴⁶ PAIVA, M. H. de. Prefácio. In: TISSOT, S. A. Op. cit. 1773. Tomo III.

Plenck, além de outros títulos.⁴⁷ Em “Método para restituir à vida as pessoas aparentemente mortas por afogamento ou sufocação” (1790), impresso por ordem do Intendente de Polícia Pina Manique, o médico informava que aquela obra se devia à carência, em língua portuguesa, de uma instrução “fácil e breve” sobre o tema, capaz de servir de guia a todas as pessoas, ainda que não fossem da Faculdade de Medicina.

A justificativa do uso da língua portuguesa e do estilo breve e simples por parte de alguns médicos era uma contraposição à proposta de alguns doutores em continuar restringindo os princípios da medicina. Uma carta do médico José Manuel Chaves, publicada no *Jornal Enciclopédico*, em abril de 1789, é bastante exemplar dessa posição. Endereçada a Manuel Henriques de Paiva, editor do jornal na época, a correspondência traz uma série de críticas à situação na qual se encontrava a saúde em Portugal. Após tratar da atuação das parteiras, curandeiros, barbeiros e cirurgiões, José Manuel Chaves menciona a ousadia dos barbeiros em praticar medicina e cirurgia, atribuindo a esse fato o uso da língua vernácula: “Parece-me que um dos motivos porque eles tanto se intrometem em matérias difíceis é por haver neste reino livros de medicina, de cirurgia e farmácia na língua portuguesa”.⁴⁸

A atitude desse médico expressava as críticas no campo da medicina aos que exerciam atividades de cura sem autorização, como os barbeiros e curandeiros, bem como aos cirurgiões. Tais objeções datam desde o início do século XVIII e avançam pelo século XIX. A valorização do médico era acompanhada de uma perseguição sistemática contra os “falsos médicos”, que gozavam de considerável reputação entre as populações. Muitos se opunham, portanto, à divulgação das práticas de cura e das formas de conservação da saúde à população, temendo a diminuição de sua influência exercida entre a população.⁴⁹

Nessa perspectiva, Jacob de Castro Sarmiento escrevia no prefácio da “Matéria médica”. No lugar do estilo claro, propalado por Ribeiro Sanches e Manuel Henrique de Paiva, Sarmiento propunha que sua obra, “pelo método em que vai escrita, em lugar de pôr a medicina nas mãos do vulgo, como fizeram os últimos portugueses que a escreveram por um método totalmente empírico (...) porá em terror o mesmo vulgo”.⁵⁰

Contrário a essa posição, Tissot e Buchan propugnavam o ensinamento do povo por meio de conselhos como uma forma de combater a ignorância e livrar as

⁴⁷ PITA, J. R. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme – Revista de humanidades*. V. 10. N. 26, jul./dez. 2009.

⁴⁸ Carta dirigida a um dos editores pelo Bacharel José Manuel Chaves, médico do partido de Condeixa, e divididas em duas partes: na primeira refere o caso das águas do puerpério, que saíram trinta e cinco dias antes do parto impunemente seco: discorre sobre este facto assentando não ser ofensivo à vida do feto e respirar algum ar da atmosfera dentro do claustro materno; e que o licor do âmnio não é essencialmente necessário para a nutrição do feto. Na segunda trata das parteiras, curadeiras, e curões, barbeiros, cirurgiões, médicos viajantes”. *Jornal encyclopédico*, abril de 1789, Artigo II. Medicina, Cirurgia e Farmácia, p. 90.

⁴⁹ MARQUES, V. R. B. Instruir para fazer a ciência chegar ao povo no Setecentos, Op. cit., p. 40; CRESPO, J. *A história do corpo*. Lisboa: DIFEL, 1990, p.106-107.

⁵⁰ SARMENTO, Jacob de Castro. *Matéria médica physico histórico mechanica*. Lisboa, 1758, p.xlviii.

populações de embustes dos falsos médicos e charlatães.⁵¹ Ao contrário de seus colegas de ofício, defensores da restrição dos preceitos da medicina, eles acreditavam que o saber era uma arma contra a “falsa medicina”. Nesse sentido, Buchan afirmava:

a propagação da ciência médica entre o povo não só contribuiria para aperfeiçoar e destruir a charlatanice, senão que faria mais universalmente útil à medicina: pois que espalharia suas vantagens pela sociedade.⁵²

Além disso, esses médicos possuíam a consciência dos limites de divulgação, cabendo aos letrados o papel de atuarem como divulgadores da medicina junto às populações iletradas. Tissot, por exemplo, não tinha a ilusão de que os camponeses da França adquirissem seu livro: “o título de *Aviso ao povo* não é efeito de uma ilusão, que me persuade que este livro vai fazer-se uma peça de móvel na casa de qualquer camponês”.⁵³ Por essa razão, esperava contar com o auxílio de intermediários para divulgar seus conselhos; mestres de escolas, parteiras e cirurgiões das aldeias, que poderiam vir “tirar partido desta obra”.⁵⁴

Além das obras voltadas para um público maior, havia aquelas também destinadas aos cirurgiões. Para Henriques de Paiva, em razão da precariedade da assistência à saúde em Portugal, fazia-se imprescindível aos cirurgiões o acesso a noções de medicina. Tal era o objetivo do livro “Curso de medicina teórica e prática”, de Henriques de Paiva, publicado em 1792:

além de conter os principais conhecimentos teóricos desta ciência, contivesse também os práticos, com tal brevidade e clareza porém, que pudessem ser entendido das pessoas que curam, sem os terem estudado na Universidades e escolas, como são os cirurgiões ordinários, ou os que andam embarcados.⁵⁵

Ao propor a aproximação entre a medicina e a cirurgia, o manual escrito por Henriques de Paiva cumpria um papel importante. Contribuía para tornar as teorias médicas mais acessíveis aos cirurgiões que conviviam mais perto da população. Apesar das resistências de alguns médicos, em fins do século XVIII os manuais de medicina destinados a prescrever os princípios práticos da arte médica e ensinar as populações a conservar a saúde revelam uma tendência do saber médico na Europa e no mundo luso-brasileiro.

⁵¹ MARQUES, V. R. B. Instruir para fazer a ciência chegar ao povo no Setecentos, Op. cit., p. 41.

⁵² BUCHAN, Guilherme. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1788, Tomo I, p. LXVI.

⁵³ TISSOT. Op. cit., tomo I, p. 15.

⁵⁴ TISSOT. Op. cit., tomo I, p. 19.

⁵⁵ PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de. *Curso de medicina theorica e prática destinado para uso dos cirurgiões que andam embarcados ou que não estudam nas universidades*. Lisboa: Typographia Régia Silviana, 1792. Prefácio.

Ao longo desse artigo, procurei chamar atenção para alguns aspectos presentes nos paratextos das obras de medicina publicadas ao longo do século XVIII. Os prefácios e proêmios se tornaram parte importante do texto, onde cirurgiões e médicos prestavam suas homenagens, revelavam as intenções da obra, prescreviam a audiência, dentre outros elementos.

Elemento compósito do texto e parte de uma tradição de escrita dos tratados e impressos de medicina, os paratextos possibilitam análises significativas sobre os princípios e significados do saber médico e de que forma os médicos e cirurgiões concebiam esse saber.

Alguns pontos apontados ao longo do artigo merecem uma pesquisa mais detida, que ainda estamos por realizar, levando em consideração um repertório mais amplo de textos. De qualquer maneira, é possível dimensionar alguns traços presentes nas obras produzidas no contexto luso-brasileiro. Em primeiro lugar, apresenta-se a especificidade de alguns tratados e suas finalidades. É o caso do “Erário mineral” (1735). Além de ser um importante tratado de matéria médica, produzido a partir da vivência na América Portuguesa, cabe notar que o cirurgião compartilhava de uma cultura literária próxima a dos médicos, mobilizando em seu texto argumentos presentes nos livros médicos do século XVII e XVIII.

Em segundo lugar, importa mencionar os sentidos que o saber médico assumia naquele contexto. Os tratados médicos, principalmente os publicados na segunda metade do Setecentos, afinavam-se com os princípios utilitários do conhecimento das Luzes e, ao mesmo tempo, os argumentos e homenagens prestados nas obras sinalizam para outros objetivos da produção do conhecimento. Por meio da publicação dos textos, cirurgiões e médicos esperavam obter benefícios e mercês, inserindo-se no sistema de patronagem. Esse é um tema que ainda está por merecer um estudo mais cuidadoso, de modo a compreender melhor as relações dos médicos com as estruturas sociais e do poder em Portugal e na América Portuguesa.

Outro dado a ser considerado é a questão da audiência. Apesar das objeções de alguns médicos, a tendência observada nos livros com circulação em Portugal e na América Portuguesa acompanha o processo de difusão do conhecimento por intermédio dos manuais de medicina. Entretanto, cabe investigar os processos de circulação e de leitura desses livros, indicando as possibilidades oferecidas pela história do livro e da leitura.

Artigo recebido em 08 de novembro de 2013.

Artigo aprovado para publicação em 10 de dezembro de 2013.